

O GRUPO DE ESTUDO PARA O IRAQUE E A NOVA ESTRATÉGIA DE BUSH

Maria do Céu Pinto

A 6 de Dezembro do ano passado, o Grupo de Estudo para o Iraque (GEI), liderado pelo ex-secretário de Estado James Baker e pelo congressista Lee Hamilton, apresentou o resultado de nove meses de discussões¹. Em 79 recomendações, a comissão criada pelo Senado exorta o Presidente George W. Bush a implementar uma mudança urgente de política, sob pena de ver a situação a deslizar para o caos. O GEI foi criado a 15 de Março de 2006 durante uma reunião no Congresso americano que reuniu membros dos partidos Democrata e Republicano. A iniciativa, de cariz eminentemente bipartidário e consensual, contou imediatamente com o apoio quer da Câmara de Representantes, quer do Senado. Ao contrário do que tem vindo a ser noticiado, a Administração Bush não foi envolvida na criação do GEI, mas estendeu-lhe o seu apoio quase de imediato. O Presidente reuniu-se diversas vezes com os membros do Grupo, o qual contou igualmente com a colaboração da Casa Branca em termos de acesso a documentação, realização de entrevistas e deslocações ao Iraque.

O GEI tinha como objectivo produzir uma avaliação bipartidária, independente e inovadora da situação no Iraque, em particular da conjuntura criada a partir do Verão de 2005, e apresentar propostas para a resolução do conflito. O relatório destinava-se a avaliar e a repensar as opções políticas e militares no Iraque, onde a crescente violência levanta questões sobre a viabilidade do Governo iraquiano e sobre a política dos Estados Unidos no país.

O relatório descreve a situação no país como «grave e a deteriorar-se»². Pondo de parte a retórica de «sucesso» da Administração Bush para o Iraque, o documento afirma que «não existe caminho que garanta o sucesso»; no máximo, «as perspectivas podem ser melhoradas»³. Os desafios que a Administração enfrenta no Iraque são descritos como «complexos», «difíceis», mesmo «temíveis»⁴: «a violência está a aumentar em dimensão e letalidade. É alimentada pela guerrilha sunita árabe, milícias xiitas, esquadrões da morte, Al-Qaida e pela criminalidade generalizada. O conflito sectário é o principal desafio à estabilidade.»⁵

O relatório propôs à Administração Bush a retirada da maioria das tropas até 2008, o desenvolvimento de uma nova iniciativa de paz para o conflito israelo-palestino e o diálogo directo com a Síria e com o Irão. Também sugere que «os vizinhos do Iraque e os países-chave dentro e fora da região deveriam formar um grupo de apoio» para ajudar à reconciliação política no Iraque e à estabilização da situação de segurança no país⁶. O relatório diz que, para terem sucesso, as medidas devem ser implementadas na globalidade e de forma coordenada⁷. Em resumo, as recomendações articulam-se em torno de três grandes eixos: alteração da missão das forças americanas de forma a possibilitar a sua retirada gradual; maior empenhamento do Governo iraquiano na reconstrução, manutenção da segurança e reconciliação nacional; e uma ofensiva regional e multilateral para comprometer os vizinhos na estabilização do Iraque.

«O que recomendamos requer uma quantidade enorme de vontade política e cooperação entre os braços executivo e legislativo do Governo norte-americano», advertem também os conselheiros. «A política externa está condenada ao fracasso – bem como qualquer acção no Iraque – se não for sustentada pelo consenso», concluem⁸.

O trabalho desenvolvido pelo GEI assume uma importância acrescida, na sequência das eleições intercalares no final de 2006 para o Congresso dos EUA. Os democratas obtiveram o controlo das duas câmaras do Congresso na sequência de uma campanha eleitoral alimentada, em parte, pela insatisfação do público relativamente à guerra no Iraque. Os democratas apelam a uma mudança de política e dizem que o aumento da presença militar no Iraque não é do interesse nacional dos EUA.

A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA

A situação no Iraque conheceu uma inflexão profundamente negativa em 2006 devido à explosão dos confrontos interconfessionais, após a Al-Qaida ter bombardeado uma antiga mesquita xiita em Samarra. Esse atentado desencadeou uma resposta violenta das milícias xiitas, fazendo o conflito escalar para um ponto que alguns analistas consideram ser de «guerra civil» efectiva. Os ataques de 19 de Dezembro de 2004, nas cidades santas xiitas de Najaf e Karbala, tinham já sido a demonstração da intenção dos rebeldes sunitas de criar uma guerra sectária. Ao provocar uma reacção violenta dos xiitas, os grupos sunitas desencadearam uma guerra civil com contornos religiosos. Tal cenário está, como se antevia, a tornar o Iraque ingovernável, dificulta o controlo político dos xiitas e está a arrastar os americanos para um pântano ainda mais profundo, de onde será cada vez mais difícil sair⁹.

Até 2006, as tropas da Coligação confrontavam-se essencialmente com a guerrilha sunita e grupos afiliados à Al-Qaida. Neste cenário, os xiitas não representavam um grande perigo, à parte a milícia xiita de Moqtada al-Sadr, o «Exército do Mahdi». Com a explosão dos confrontos intercomunitários, os EUA perderam o controlo da situação.

Em 2006, o número de vítimas civis de atentados terroristas e da violência confessional ultrapassou as 12 mil¹⁰. O número de mortos aumentou exponencialmente no último

quartel de 2006. A situação é mais crítica na zona de Bagdade (com cinco milhões de habitantes), na província de al-Anbar, coração da oposição sunita, que inclui Falluja e Ramadi; nas províncias de Salahadin e de Diyala. Nestas zonas críticas, concentra-se quase um terço da população do país.

Além das mortes, outro fenómeno igualmente grave é a «limpeza étnica» com sunitas e xiitas a serem obrigados a deixar as suas casas e os seus bairros de forma a procurarem um refúgio seguro em zonas etnicamente homogéneas. O que está a acontecer no Iraque foi o que aconteceu na guerra na Bósnia entre 1992-1995 e que resultou no

abandono das suas casas por parte de metade da população daquela república¹¹.

Calcula-se que o ritmo de deslocados no Iraque nos últimos meses se situe em 100 mil por mês¹². Em 2006, o número de pessoas que deixaram as suas casas foi de cerca de 500 mil¹³. O grande pesadelo que

se poderia materializar no Iraque seria o cenário de uma guerra civil generalizada e a divisão do país. Está já em curso o que Anthony Cordesman denomina de «soft ethnic cleansing» (limpeza étnica soft)¹⁴ que funciona com base em rumores, ameaças, chantagens e raptos, para além dos assassinatos «exemplares».

A divisão do país está a ocorrer nas cidades, províncias e no seio dos ministérios e de variados sectores da administração pública. O êxodo para áreas supostamente seguras está a provocar uma transformação radical na configuração de bairros, aldeias, vilas e cidades. Estas alterações têm sido tão rápidas que são difíceis de registar. Não é sequer certo que as pessoas em fuga das zonas em risco se estejam a fixar em zonas seguras. A maior parte das províncias do Iraque alberga grandes bolsas de minorias, pelo que não será fácil dividir claramente o país em zonas sectárias e étnicas. Estes problemas são acentuados pela natureza urbana do país. Mais de metade da população vive em três grandes cidades que contêm, pelo menos, uma grande componente minoritária: Bagdade, Basra e Kirkuk. As divisões étnicas também se fazem sentir nas unidades militares iraquianas e nos corpos de Polícia (nacional e territorial), particularmente penetrados de informadores e elementos infiltrados. Este facto é patente no aumento dos níveis de violência sectária desde Setembro. A violência tinha diminuído em Agosto devido ao lançamento de uma série de operações americanas em Bagdade, que levaram à redução das actividades dos esquadrões da morte. Sabe-se que as milícias xiitas tiveram apoio da polícia nacional e territorial que facilitaram o seu movimento e forneceram informação antecipada sobre as operações¹⁵.

O PAPEL DAS FORÇAS AMERICANAS

O GEI opõe-se às duas soluções extremas do espectro das opções: a retirada ou o aumento substancial das tropas (para 100-200 mil). De qualquer forma, uma das ideias

O QUE ESTÁ A ACONTECER NO IRAQUE FOI O QUE ACONTECEU NA GUERRA NA BÓSNIA ENTRE 1992-1995 E QUE RESULTOU NO ABANDONO DAS SUAS CASAS POR PARTE DE METADE DA POPULAÇÃO.

mais fortes do relatório é que «os Estados Unidos não deveriam ter um empenho em aberto para manter um grande número de tropas no Iraque»¹⁶. O grupo evitou fixar um calendário para a retirada de tropas, mas propõe que a maioria dos soldados saia do Iraque até ao início de 2008. «Daqui até ao fim do primeiro trimestre de 2008, em ligação com a situação de segurança no terreno, todas as brigadas de combate não necessárias devem poder ser retiradas», diz a comissão¹⁷. Contudo, apoia «o envio de curto prazo ou um aumento de forças de combate americanas para estabilizar Bagdade, ou acelerar a missão de treino e equipamento...». O novo plano de Bush, anunciado em Janeiro de 2007, vai exactamente de encontro a esta opção.

«A missão primordial das forças norte-americanas no Iraque deveria evoluir para uma missão de apoio ao Exército iraquiano», lê-se no documento. Assim, Washington deveria reforçar a aposta no treino e no seguimento da actuação das forças iraquianas. A melhor forma de o fazer é integrar elementos americanos nas unidades iraquianas (*embedded troops*). As forças americanas deveriam ser integradas em unidades militares iraquianas, em grupos de reacção rápida e de operações especiais. Os americanos continuariam a treinar, equipar, aconselhar e a fornecer protecção às forças iraquianas, bem como a contribuir para as operações de ajuda e salvamento¹⁸. Segundo James Baker, será necessário aumentar o número de instrutores militares dos actuais três-quatro mil para dez a 20 mil¹⁹.

CRÍTICAS AO REGIME

O relatório tece críticas duras ao Governo de Nuri al-Maliki, o qual assumiu funções comprometendo-se a um amplo programa de reconciliação e reconstrução nacional, mas que até à data permanece largamente por cumprir. O GEI aponta o dedo a al-Maliki dizendo que este se recusou a aceitar o programa por objectivos definidos pelos EUA, nomeadamente em matéria de reconciliação nacional. O relatório também critica al-Maliki por ter ordenado a remoção dos postos de bloqueio em redor de Sadr City, a zona xiita de Bagdade, e os pedidos de Washington para proceder ao desmantelamento das milícias xiitas²⁰. Maliki deve o seu lugar em grande parte ao apoio de al-Sadr e tem mostrado relutância em agir contra o «Exército do Mahdi». O GEI aconselha Bush a ameaçar retirar apoio «político, militar e económico» ao Iraque caso o Governo de al-Maliki não consiga progressos substanciais em matéria de segurança e reconciliação nacional²¹.

A verdade é que agora dificilmente se poderá sair dos moldes criados pelo primeiro Governo iraquiano, promovido pela Autoridade Provisória da Coligação. O primeiro executivo, o Conselho de Governo do Iraque, constituído por 25 personalidades, encerrava todos os vícios que se têm vindo a agravar à medida que o tempo passa. O actual sistema governativo assenta, assim, em premissas profundamente inquinadas. As forças que estão no Executivo não só se têm mostrado totalmente inaptas para governar, como, pior ainda, não demonstram vontade em fazer sacrifícios em prol da reconciliação nacional. Estes grupos têm vindo a acentuar as diferenças em relação a outros

grupos com base na promoção dos seus interesses paroquiais (a *identity politics*) e de um sistema político em que as posições são distribuídas em função das identidades étnicas e confessionais.

A corrupção no aparelho governativo é generalizada, o que afecta seriamente a capacidade do Estado de dedicar os recursos à reconstrução do país. Muitas das facções políticas iraquianas vêem os ministérios como fontes de poder e recursos para os seus partidos ou milícias. As lealdades pessoais aos grupos subnacionais, como tribos, seitas ou partidos políticos, são mais fortes do que a fidelidade à ideia de Estado-nação. Estes grupos demonstram pouco empenho em resolver conflitos ou encontrar plataformas de entendimento com os seus opositores. O Estado transformou-se numa base para o desenvolvimento de feudos particulares, numa entidade a ser explorada por interesses exclusivistas.

O assunto mais complexo que os iraquianos têm de resolver é o do modelo federal que foi aprovado no referendo de Janeiro de 2005. Ora, é importante ter em conta que os sunitas se abstiveram em massa e aqueles que participaram chumbaram a Constituição. Assim, o actual modelo federal é apoiado por curdos e xiitas (não é o caso de Moqtada Al-Sadr). Os sunitas opõem-se

ao federalismo que favorece os curdos (o Norte do país e possivelmente Kirkuk) e os xiitas (as nove províncias do Sul). Os xiitas, especialmente a facção de Abdel Aziz Hakim, do Conselho Supremo para

O ESTADO TRANSFORMOU-SE NUMA BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE FEUDOS PARTICULARES, NUMA ENTIDADE A SER EXPLORADA POR INTERESSES EXCLUSIVISTAS.

a Revolução Islâmica no Iraque, apoiam a criação de uma super-região no Sul, constituída por nove províncias, que iria controlar a maior parte das fontes de petróleo. Com o actual arranjo constitucional, os sunitas perderão todo o poder de que gozaram durante o regime de Saddam Hussein. Em segundo lugar, os recursos energéticos estão concentrados nas regiões curdas e sunitas. A Constituição prevê que no futuro os rendimentos sejam distribuídos às regiões, o que deixaria os sunitas de fora. Os sunitas aceitaram participar no Governo com a condição de que a Constituição seja emendada. Em Setembro, o Parlamento concordou em criar a comissão de revisão constitucional que deverá completar o seu trabalho no prazo de um ano, mas que ainda não entrou em actividade. A formação de uma região federal no Sul do Iraque foi adiada por dezoito meses. Outra questão escaldante a resolver é o futuro de Kirkuk. Kirkuk é uma província rica em petróleo, composta por uma população mista de curdos, árabes e turcomanos. Os curdos insistem na realização do referendo no final deste ano, a que os árabes e turcomanos se opõem.

A RECONCILIAÇÃO NACIONAL

A reconciliação nacional é a condição básica para pôr fim à violência. Tal passa pela criação de um fórum nacional composto por todos os actores relevantes, designada-

mente milícias, grupos insurgentes, partidos e correntes religiosas. O GEI diz claramente que é necessário falar com «aqueles que têm poder, não simplesmente com aqueles que estão no poder»²². O relatório afirma que é preciso fazer esforços para recuperar a confiança dos sunitas, o que implica dar-lhes um lugar importante no sistema político. Por outro lado, o Iraque só será viável se assentar num sistema federal (assimétrico), com um estatuto separado para o Curdistão iraquiano e o Iraque árabe a ser dividido em 15 províncias descentralizadas. Para a província de Kirkuk, o International Crisis Group (ICG) recomenda que lhe seja atribuído, por um período de dez anos, um estatuto descentralizado, com base num acordo de partilha de poder entre as principais comunidades. Durante esse período, caberia a um enviado da Organização das Nações Unidas (ONU) negociar o estatuto final²³.

Outro aspecto fundamental é o acordo para a partilha equitativa dos rendimentos entre as diferentes províncias. O ICG recomenda que os lucros provenientes do petróleo, gás e outros recursos naturais sejam reunidos num fundo federal, gerido por uma entidade federal independente e sejam distribuídos com base na proporção demográfica das províncias. O GEI também considera fundamental alterar as medidas de desbaasificação de forma a reintegrar os baasistas e nacionalistas árabes. O critério de exclusão deve ser o tipo de crimes cometidos e não a pertença ao partido. O mesmo critério deveria ser aplicado para a reintegração dos oficiais das Forças Armadas do antigo regime. Outra das prioridades é a aprovação de uma ampla amnistia que se aplique a todos os elementos que aceitem depor as armas²⁴.

A NOVA OFENSIVA DIPLOMÁTICA E A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE APOIO INTERNACIONAL

O relatório propõe o lançamento de um «esforço diplomático robusto», a nível regional e internacional, de forma a criar uma plataforma de apoio à estabilização do Iraque. Os autores afirmam que esta ofensiva deve envolver todos os estados que não querem a emergência de um Iraque caótico. Esta plataforma deve bater-se pela unidade e integridade territorial, pondo fim às interferências por parte de alguns estados vizinhos e ajudando nos esforços de reconciliação nacional. A ideia é também a de captar todo o tipo de apoios que ajudem à reconstrução do país.

No seio desta ofensiva diplomática, o relatório dá especial relevo à criação de um Grupo de Apoio Internacional composto pelos seis vizinhos do Iraque, os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a União Europeia, mais um enviado especial da ONU. Tal plataforma deve desenvolver um esforço concertado para congregar os vizinhos do Iraque que, directa ou indirectamente, participam na luta política interna e na violência. Essa participação não se poderá obter se os seus interesses não forem tidos em conta. Este grupo deverá procurar um acordo, uma plataforma de entendimento quanto ao Iraque, o que envolverá negociações multilaterais prolongadas e contínuas e uma mistura de pressões e incentivos.

UMA NOVA ESTRATÉGIA AMERICANA REGIONAL

Um dos aspectos mais polémicos é a abordagem que os autores propõem para lidar com o Irão, a Síria e o conflito israelo-palestiniano. O relatório propõe o diálogo directo e «sem pré-condições» com a Síria e o Irão, reconhecendo que são actores incontornáveis e que têm interesses legítimos no Iraque e no futuro da região. O GEI reconhece que o diálogo de Washington com estes países não seria fácil, mas diz que negociar com eles é fundamental dada a sua capacidade de influência no Iraque. O diálogo envolveria uma série de dossiês regionais relativamente aos quais os EUA teriam de mostrar maior abertura, devendo ainda estar dispostos a conceder incentivos (como dar garantias de segurança ao Irão e avançar na resolução do conflito israelo-palestiniano). O relatório deixa no ar a ideia de que o programa nuclear iraniano é um assunto à parte, isto é, que deveria ser tratado preferencialmente através do Conselho de Segurança.

O relatório também sugere que enquanto a estratégia da Administração Bush permanecer ancorada na política de mudança de regime (o que implica a remodelação forçada de alguns regimes do Médio Oriente), e na luta estratégica contra o eixo Irão-Síria-Hezbollah-Hamas, nem Teerão nem Damasco estarão disponíveis a participar. Estes países podem temer o cenário da desintegração do Iraque e da guerra civil sem quartel, mas têm ainda mais receio dos planos dos EUA para a região.

Efectivamente, a redefinição dos objectivos e da postura americana na região será vital para atrair a participação de actores regionais, em especial o Irão e a Síria. Os americanos acusam o Irão de pretender manter o Iraque na sua esfera de influência, de forma a aumentar o seu poder e evitar a emergência de um vizinho hostil (como nos tempos de Saddam). A situação no Iraque também é lida em Teerão pelo prisma da tensão com os EUA e com a comunidade internacional. A presença militar americana no Iraque, no Afeganistão e no golfo Pérsico impede a liberdade de movimentos do Irão na região. No Iraque, o Irão defende um Estado unido e federado e apoia o actual Governo de Nuri al-Maliki, dominado pelos xiitas. Por outro lado, mantém outra carta na manga, apoiando as milícias. O Irão também tem desenvolvido e ampliado os seus laços com os curdos para melhor salvaguardar os seus interesses, num hipotético cenário de desintegração do Iraque.

O regime sírio, apesar dos protestos de Washington, continua a apoiar os rebeldes, especialmente os membros do antigo Baas, de várias formas: fornece refúgio, facilita a passagem da fronteira e dá apoio logístico embora não importante. A Síria tornou-se num centro de coordenação e organização das actividades dos insurgentes do antigo regime iraquiano. Em relação à guerrilha islamita, a Síria tem adoptado uma posição pragmática, detendo e deportando os elementos mais perigosos, mas deixando passar os outros²⁵.

O RELATÓRIO PROPÕE O DIÁLOGO DIRECTO
E «SEM PRÉ-CONDIÇÕES» COM A SÍRIA E O IRÃO,
RECONHECENDO QUE SÃO ACTORES
INCONTORNÁVEIS E QUE TÊM INTERESSES
LEGÍTIMOS NO IRAQUE E NO FUTURO DA REGIÃO.

Os autores do documento aconselham também a Administração Bush a desenvolver uma nova iniciativa diplomática para o conflito israelo-árabe e palestino. O relatório diz frontalmente que é imperativo um «empenho abrangente na paz israelo-árabe em todas as frentes». Esse esforço passa pela resolução dos diferendos de Israel com a Síria (onde se inclui a questão libanesa) e o dossiê israelo-palestino. A menção explícita no relatório ao discurso de Bush de Junho de 2002, afirmando o compromisso dos EUA à ideia de dois estados (Israel e Palestina), provocou uma onda de indignação nos sectores pró-Israel.

A ESTRATÉGIA DE BUSH: A «NEW WAY FORWARD»

No seu discurso de 10 de Janeiro deste ano, Bush reconheceu que a estratégia militar inicial foi errada e que o número de tropas destacado para o conflito se revelou insuficiente para garantir as condições de segurança no país e conduzir a missão com sucesso. O plano não tem em conta as recomendações do GEI, o qual preconizava uma redução gradual da presença americana no Iraque até 2008 e o envolvimento da Síria e do Irão num debate regional.

Apesar de garantir que o compromisso dos EUA com o Iraque não é «indefinido», o Presidente não fixou o calendário para a retirada das tropas, ao contrário do que recomendou o Grupo de Estudo para o Iraque. A nova estratégia passa pelo envio de 21 500 homens, a grande maioria dos quais será destacada para Bagdade. Esse aumento tem como objectivo a quebra do actual ciclo de violência. Sem explicar como esses soldados conseguirão fazer a diferença, depois de comprovada a ineficácia dos cerca de 132 mil homens no terreno, Bush sublinhou que a decisão «permitirá acelerar o regresso dos militares a casa». Para Bush, se os EUA abandonarem o país, o Governo iraquiano cairá e o mundo testemunhará um «massacre de dimensões inimagináveis». Num cenário cada vez mais instável, «os extremistas islâmicos ficarão em melhor posição para derrubar os Governos moderados, criar o caos na região e utilizar o petróleo para financiar as suas ambições»²⁶.

Apesar da atitude de contrição em relação aos erros cometidos, a Casa Branca não deixou de apontar o dedo ao actual Governo do Iraque, que responsabilizou directamente por alguns dos insucessos dos últimos meses. As declarações de Bush, secundadas pela secretária de Estado, espelham uma forte desilusão com a *performance* do Governo de al-Maliki em algumas áreas concretas. A nova estratégia, disse Bush, foi concertada com o primeiro-ministro iraquiano, mas o apoio de Washington dependerá da colaboração das autoridades iraquianas. Dan Bartlett, conselheiro da Casa Branca, afirmou: «Os iraquianos têm de se chegar à frente. O compromisso americano não é indefinido; o Governo terá de cumprir as metas que foram definidas, tanto do ponto de vista da segurança, como em termos políticos e económicos.»²⁷ O anúncio da nova estratégia para o Iraque coincide com o ultimato de al-Maliki à milícia de Moqtada al-Sadr que os EUA vinham insistentemente a pedir: o primeiro-ministro exigiu que os

milicianos entreguem as armas, sob pena de enfrentar as forças de segurança nacionais. Apesar de Washington considerar o «Exército do Mahdi» uma das maiores ameaças, al-Maliki tinha-se recusado a enfrentar o seu aliado de coligação.

No seu discurso, Bush assumiu tons muito duros para com o Irão e a Síria. No Congresso, Condoleezza Rice confirmou que Washington não terá contemplanções com os estados que tentam desestabilizar a região. Há actualmente indicações de que as palavras duras em relação ao Irão estão a ser combinadas com algumas medidas práticas para aumentar a pressão sobre Teerão. No mesmo dia, forças americanas atacaram um consulado iraniano na cidade curda de Erbil, no Norte do Iraque, alegando que o mesmo servia de ponto de apoio às milícias. Não é claro em que medida o discurso de Bush sobre o Iraque represente um ponto de viragem; o que é certo é que a abordagem musculada face ao Irão se confirma. **RJ**

JANEIRO DE 2007

NOTAS

1 BAKER, James A., e HAMILTON, Lee H. – *Iraq Study Group Report* (2006), disponível em http://www.usip.org/isg/iraq_study_group_report/report/1206/iraq_study_group_report.pdf.

2 *Ibidem*, p. 6.

3 *Ibidem*.

4 *Ibidem*, pp. 6 e 8.

5 *Ibidem*, p. 6.

6 *Ibidem*.

7 *Ibidem*, p. 8.

8 *Ibidem*, p. 4.

9 KAFAIA, Tarik – «Election drives attacks on Shia», *BBC News*, 20 de Dezembro de 2004.

10 FERNANDES, Jorge Almeida – «Mais de 12 mil civis mortos no Iraque desde Janeiro de 2006». In *Público*, 3 de Janeiro de 2007, p. 13.

11 GRIER, Peter – «If Iraq Fragments, What's Plan B?». In *The Christian Science Monitor*, 5 de Janeiro de 2007.

12 *Ibidem*.

13 Excertos do relatório ao Congresso do Departamento de Defesa, «Measuring Stability and Security in Iraq, November 2006», 30 de Novembro de 2006, cit. in CORDESMAN, Anthony H. – *Looking Beyond a Surge: The Tests a New US Strategy in Iraq Must Meet*, Washington, D.C., CSIS, 4 de Janeiro de 2007, p. 25.

14 CORDESMAN, Anthony H. – *Looking Beyond a Surge: The Tests a New US Strategy in Iraq Must Meet*, p. 3.

15 *Ibidem*, p. 25.

16 BAKER, James A., e HAMILTON, Lee H. – *Iraq Study Group Report* (2006), disponível em http://www.usip.org/isg/iraq_study_group_report/report/1206/iraq_study_group_report.pdf.

17 *Ibidem*, p. 49.

18 *Ibidem*, p. 50.

19 *Ibidem*, p. 49.

20 *Ibidem*, p. 16.

21 *Ibidem*, p. 8.

22 *Ibidem*, p. 46.

23 ICG – *After Baker-Hamilton: What to Do in Iraq*, Middle East Report n.º 60, 19 de Dezembro de 2006, p. iii.

24 Sobre estes aspectos, cf. BAKER, James A., e HAMILTON, Lee H. – *Iraq Study Group Report*, pp. 45-46 e ICG – *After Baker-Hamilton: What to Do in Iraq*, p. iii.

25 «Measuring Stability» in CORDESMAN, Anthony H. – *Looking Beyond a Surge: The Tests a New US Strategy in Iraq Must Meet*, p. 28.

26 «President's Address to the Nation», 10 de Janeiro de 2007 (em <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2007/01/20070110-7.html>).

27 SIZA, Rita – «Bush pede desculpa por mais erros cometidos na guerra». In *Público*, 13 de Janeiro de 2007, p. 12.